

## APRESENTAÇÃO

Os artigos incluídos nos três volumes da *Revista Ciência & Trópico* foram feitos na Quinta Escola de Verão Sul-Sul cuja temática focalizou *Repensar o Desenvolvimento: Alternativas Regionais e Globais para o Desenvolvimento no Sul*, que ocorreu no Recife, em maio de 2012, no contexto do Programa de Colaboração Acadêmica entre África, América Latina e Ásia. A Escola de Verão, coordenada pela Associação de Estudos Políticos e Internacionais da Ásia (Apisa), pelo Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (Clacso) e pelo Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais da África (Codesria), e, com o aval da Agência Sueca para o Desenvolvimento e a Cooperação Internacional (Asdi), foi organizada conjuntamente com a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Um dos eixos principais de trabalho foi o desafio de formar jovens acadêmicos apesar dos diversos problemas que afrontam os países do Sul.

Os artigos selecionados para a *Revista Ciência & Trópico* foram apresentados na Fundação Joaquim Nabuco e representam as contribuições originais para repensar o desenvolvimento e os dilemas

que o Sul atualmente enfrenta. É um tema crucial que suscita novas análises com o propósito de encontrar várias soluções e críticas para situações sociais.

Os anos de ajuste estrutural se caracterizaram por uma fixação de indicadores macroeconômicos estabelecidos pelos dogmáticos neoliberais como eixos centrais para a construção do bem-estar econômico e para fortalecer a confiança dos investidores. Além disso, a planificação sistemática nacional, após o crescimento econômico e o desenvolvimento, foi substituída pela confiança no livre mercado que, segundo insistiam as instituições de Bretton Woods, era o único caminho viável para a transformação econômica no Sul. Vale acrescentar que o Estado era implacavelmente atacado e se realizavam esforços audazes para deixar de legitimá-lo como agente no processo de desenvolvimento econômico. Ainda mais preocupante foi a erosão sistemática do desenho de políticas e das capacidades políticas no Sul, assim como a colocação da tomada de decisões econômicas, fundamentais nas instituições financeiras internacionais ou, no caso de permanecer dentro do território, fora do alcance das estruturas democráticas. O desenvolvimento era inconcedível, já que devia ter lugar nas prioridades e estratégias políticas definidas de fora ou na ausência de um Estado que fosse capaz de liderar o processo de elaboração de estratégias coerentes.

Em termos gerais, as Instituições Financeiras Internacionais cumpriram um papel importante na reprodução de assimetrias de um sistema internacional desigual, dando lugar a uma grande transferência de recursos naturais, utilidades, ingressos e riquezas do Sul para o Norte, e, com isso, pondo em risco as possibilidades de alcançar o tão desejado desenvolvimento.

Em face da evidente injustiça predominante no sistema internacional e da ruína econômica das organizações multilaterais

existentes, como os países do Sul podem impulsionar suas estratégias de desenvolvimento contra a pobreza e a exclusão num contexto global adverso?

No que respeita aos países do Sul, o resultado decepcionante de duas ou mais décadas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI)/Banco Mundial, junto com a apreensão sobre os efeitos dos fundamentos neoliberais dos acelerados processos de globalização, foram o contexto (e deram como resultado uma reavaliação) do interesse no tema do desenvolvimento e de como assegurá-lo sobre uma base (social, econômica, política e ecológica) autossustentável. As questões estabelecidas nesse contexto são relativamente concisas e poderiam se resumir a uma grande pergunta: Qual é o marco político requerido para reencaminhar os países do Sul rumo ao desenvolvimento? Que tipo de esquema de desenvolvimento esses países deveriam gerar com o propósito de alcançar o crescimento em um contexto que assegure as possibilidades e perspectivas de manutenção da cidadania? Além do dever de redefinir o cenário global com uma ordem mais democrática e igualitária, talvez a resposta mais adequada a essa pergunta se associe ao nível regional, conjuntamente com acordos e processos de cooperação e integração entre os países do Sul. É por essa razão que, no passado, durante o curso dos programas de ajuste estrutural (energicamente promovidos na África, Ásia, América Latina e no Caribe), os projetos de integração e cooperação regional eram reprovados como opção de política estratégica, em particular para os países em desenvolvimento.

As fontes políticas e geoestratégicas de oposição aos programas de integração e cooperação Sul-Sul eram claras: desdobrou-se todo um repertório de novos argumentos técnicos para complementar a hostilidade política pré-existente para a cooperação

entre os países do Sul. Desse modo, os esquemas regionais Sul-Sul não só eram considerados ineficientes e insuficientes, como também eram acusados de desviar o comércio e distorcer o mercado. Segundo se argumentava, o bem-estar econômico global seria mais acessível a partir da estrutura da Organização Mundial de Comércio e dos esquemas de cooperação Norte-Sul estruturados em torno de um modelo de rede radial (*hub-and-spoke*).

A desaprovação da cooperação regional Sul-Sul, durante os anos de 1980 e 1990, serviu como um fervente impulso para programas de ajuste estrutural em todo o Sul. No entanto, o pobre desempenho dos mesmos programas de ajuste estrutural, junto aos realinhamentos econômicos e geopolíticos internacionais, provocados pelo fim da Guerra Fria entre o Leste e o Oeste, combinaram-se para impulsionar a ideia de regionalismo e incentivar o emprego de renovadas energias nos diversos tipos de esquemas de integração e cooperação em todo o sistema internacional, Norte e Sul. Este ressurgimento se manifestou no Sul global por meio da renovação e/ou racionalização de processos de cooperação e integração existentes, assim como o lançamento de novas iniciativas. Algumas delas foram tentativas de reviver o espírito do regionalismo de Bandung e esforços para alcançar o padrão de desenvolvimento no Sul. Os exemplos mais notáveis se centram no movimento do Fórum Social Mundial e sua campanha por uma globalização alternativa, centrada no povo, a alternativa contra-hegemônica bolivariana de Hugo Chávez para as Américas (Alba), a atual entusiasta União das Nações Sul-Americanas (Unasur) e a busca de uma coordenação estratégica tri-continental, como no caso de IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

Com base nas questões anteriormente mencionadas, mais de quarenta acadêmicos, participantes da Escola de Verão, refletiram e examinaram algumas das vastas contribuições existentes sobre

as alternativas globais e regionais para o desenvolvimento do Sul. Professores e especialistas de 22 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Camarões, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Malawi, México, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tailândia, Uganda, Venezuela e Vietnã) debateram sobre os seguintes eixos temáticos: relações internacionais e cooperação Sul-Sul; repensar as estratégias de desenvolvimento e os movimentos sociais; democratização, educação e religião; diversidade cultural, práticas culturais e mudança política; o papel do Estado e as políticas industriais e comerciais; processos de integração regional entre os países do Sul; e direitos políticos e migrações.

Esses temas foram debatidos com profundidade na referida Escola e, hoje, são expostos nestas publicações por meio das seguintes contribuições: Reconhecendo a religião nos processos de democratização na África Subsaariana: um caso da Nigéria (Abdoulaye Sounaye, Nigéria); O biocarvão: uma energia alternativa para o desenvolvimento nos países do Sahel (Abibatou Banda Fall, Senegal); Diversidade cultural, sistema de conhecimento endógeno e aprendizado para o desenvolvimento africano: múltiplas visões do Sul (Asasira Simon Rwabyoma, Uganda); O papel de IBSA (Índia, Brasil e África do Sul) no sistema internacional atual : Que tipo de desenvolvimento e para quem? (Clarissa Giaccaglia, Argentina); O declínio do neoliberalismo e a ascensão do neokeynesianismo: uma análise conceitual (Dedy Permadi, Indonésia); Perspectiva africana sobre a crise do capitalismo global (Demba Moussa Dembele, Senegal); Dos agentes à agência: juventude urbana e práticas culturais na Colômbia (Estefanía González Vélez, Colômbia); Educação Afro-ecológica: uma estratégia alternativa para o desenvolvimento de países da África Subsaariana (Fatoumata Keita, Mali); Como os regimes políticos e a liberalização do comércio

ajudam a repensar o desenvolvimento na África Central: uma evidência empírica (Gérard Tchouassi, Camarões); Desenvolvimento participativo na sociedade cubana atual: repensando os governos municipais como principal agente para o desenvolvimento a partir de um estudo de caso (Hans Carrillo Guach, Cuba); Uma breve história do antineoliberalismo: economia política da América do Sul e os paradigmas de desenvolvimento no século XXI (José Francisco Puello-Socarras, Argentina); Revisitando dependência e desenvolvimento na América Latina (José Maurício Domingues, Brasil); A diplomacia dos povos, relações internacionais alternativas a partir do Sul (Karla Días Martínez, Venezuela); Os desafios de uma agenda regional para o desenvolvimento. Para um sistema social de inovação no Mercosul: o caso do desenho industrial (Luciano Borgoglio, Argentina); Ampliação dos direitos políticos dos imigrantes: caminhos para uma cidadania desnacionalizada na Cidade de Buenos Aires (Maria Virginia Bonora, Argentina); Reforma Agrária conduzida pelo mercado no Sul Global: histórias, problemas e perspectivas (Mark Stevenson Curry, Filipinas); Unindo o desenvolvimento com a segurança no Sul Global? Uma introdução para a Reforma do Setor de Segurança (RSS) (Mathias Valdez Duffau, Japão); Política Industrial: a experiência boliviana (Roberto del Barco Gamarra, México); Os dekasegi e os descendentes pinoy: as condições de trabalho e a dinâmica dos trabalhadores brasileiros e filipinos nikkeijin migrantes no Japão (Ron Bridget Vilog, Japão); Perspectivas dos terrenos em litígio da África: intelectualismo, desenvolvimento e movimentos sociais (Siphesihle Dumisa, África do Sul); Política econômica e social na América Latina pós-liberal: analisando o impacto na pobreza, desigualdade e bem-estar social (Tara Ruttemberg, Costa Rica); Os condicionantes hegemônicos sobre as alternativas regionais de desenvolvimento no Sul. O caso

do Mercosul e as perspectivas da Alba e a Unasur (Maria Victoria Mutti, Argentina); Repensando o desenvolvimento: a necessidade da ética no desenvolvimento teórico e prático (Workineh Kelbessa, Etiópia).

Assim, como foi vivenciado durante a Quinta Escola de Verão, estes artigos expressam um esforço para promover o ressurgimento e a expansão do pensamento comparativo e das redes interregionais entre jovens acadêmicos do Sul. Os debates entre mais de quarenta participantes da África, América Latina e Ásia ampliaram as perspectivas analíticas e a qualidade dos compromissos científicos. Os artigos presentes nestas publicações da Revista são um reflexo de dita experiência, demonstrando uma grande diversidade de disciplinas, temas, perspectivas metodológicas e representatividade, em termos de países.

O valioso debate e intercâmbio acadêmico expresso nos artigos foi possível graças ao democrático e alto nível acadêmico demonstrado pelos colegas da Fundaj, em especial Fernando José Freire, Alexandrina Sobreira, Cibele Rodrigues e Zarah Lira.

Finalmente, gostaríamos de manifestar nossa profunda gratidão a todos quantos contribuíram para esses números, assim como aos professores e aos colegas que enriqueceram o debate. Eles contribuíram com a qualidade desta publicação. Assim, esperamos que essa seja uma contribuição significativa para se repensar o Sul integrado globalmente. Desejamos fazer uma menção especial à Fundação Joaquim Nabuco, que possibilitou a difusão da produção científica resultante da Escola de Verão, por meio da *Revista Ciência & Trópico*.

Carolina Mera (Clacso)  
Carlos Cardoso (Codesria)  
Julio Teehankee (Apisa)